

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano II | Volume 3 | Nº 7 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.3907086>



EDUCADORES FRENTE À PANDEMIA:

DILEMAS E INTERVENÇÕES ALTERNATIVAS PARA COORDENADORES E DOCENTES

Lorena Silva e Silva Faustino¹

Tulio Faustino Rodrigues Silva e Silva²

Resumo

Considerando as incessantes medidas restritivas, somadas ao isolamento social por tempo ainda indeterminado, e a ausência de convicções acerca da origem e reflexos da COVID-19, os debates no cenário educacional têm sido intensificados. Dessa forma, a presente investigação visa abordar, de forma geral, os dilemas vivenciados por educadores brasileiros, gestores e docentes escolares, diante da situação pandêmica, frente à instabilidade e incertezas de eventual retorno às aulas presenciais. Ademais, de maneira específica, apresenta-se ações alternativas para solucionar os problemas e dificuldades mais graves no âmbito do prosseguimento das atividades pedagógicas, bem como do papel do docente e sua relação com os coordenadores e gestores escolares nesse momento tão atípico.

Palavras chave: COVID-19; Educação; Pandemia.

Abstract

Considering the incessant restrictive measures, added to the social isolation for an indefinite period, and the absence of convictions about the origin and reflexes of COVID-19, debates in the educational scenario have been intensified. Thus, the present investigation aims to address, in general, the dilemmas experienced by Brazilian educators, school managers and teachers, in the face of the pandemic situation, in view of the instability and uncertainties of eventual return to face-to-face classes. Furthermore, in a specific way, alternative actions are presented to solve the most serious problems and difficulties in the scope of the continuation of pedagogical activities, as well as the role of the teacher and his relationship with school coordinators and managers in this very unusual moment.

Keywords: COVID-19; Education; Pandemic.

INTRODUÇÃO

São diários os debates acerca dos obstáculos enfrentados no sistema educacional no Brasil, desde sua colonização, principalmente se refletirmos que ainda nos dias de hoje há uma escassez significativa na infraestrutura, na qualificação e aperfeiçoamento de educadores da educação básica, na ausência de recursos financeiros, na falta materiais adequados para uma educação mais inserida no contexto tecnológico que vivem os alunos, além dos baixos salários aos educadores.

¹ Orientadora e revisora de trabalhos acadêmicos e literários. Graduada em Letras, especialista em Literatura Brasileira e mestre em Ciências Jurídicas. Email para contato: loressfaustino@gmail.com

² Procurador e mestre em Ciências Jurídicas, especialista em Direito Público com Ênfase em Gestão Pública e em Direito Constitucional Aplicado. Bacharel em Direito. Email para contato: tuliofaustino@hotmail.com



Contudo, a situação atual vai além das expectativas e de qualquer outro problema já enfrentado, considerando situação ainda mais desafiadora, qual seja de educar à distância e manter-se conectados e, ainda assim, desenvolvendo conteúdos e conhecimentos com os alunos.

A pesquisa visa refletir acerca dos dilemas que os coordenadores, gestores escolares e docentes têm enfrentado para manterem o processo educativo equilibrado e constante nessa pandemia. Em razão do ainda incerto retorno das aulas e do temor dos cidadãos em voltarem a levar seus filhos às escolas, analisar-se-ão alternativas viáveis que atenuem as adversas situações na relação entre gestores/ coordenadores e professores e as intervenções passíveis nesse momento excepcional.

A educação nunca teve dias tão difíceis e desafiadores como no corrente período, principalmente, para professores e coordenadores educacionais, isso porque, em razão da pandemia causada pela COVID-19, eles têm sido, compulsoriamente, forçados a realizarem todas as suas atividades fora das “paredes” da escola, além de permanecerem distantes, fisicamente, dos estudantes. Por esse motivo, justifica-se a presente abordagem em razão da situação atípica que vivemos, quando inúmeros seguimentos institucionais, até mesmo o sistema econômico e político do país, enfrentam dificuldades e buscam reinventar maneiras de se manterem ativos no cenário em que atuam.

Com efeito, nosso sistema educacional não estava preparado para tal situação, exigindo, assim, de gestores e coordenadores escolares uma postura ainda mais enérgica e também de cada um dos educadores, em especial, uma discussão contundente e efetiva que torne esse momento um tempo de aprendizado e crescimento social e profissional.

Assim sendo, com enfoque qualitativo sobre o tema, por meio de uma metodologia bibliográfica, apresentaremos a pesquisa a partir de instrumentos como livros, registros em vídeo de entrevistas jornalísticas e artigos científicos com apontamentos de autores da educação que dissertam com maestria sobre o tema, além de sugerirem ricas propostas e sugestões de meios como desvencilhar os obstáculos atuais, fazendo do processo educativo uma relação viva, criativa, expressiva e gerando sucesso coletivo no processo de ensino e aprendizagem.

RELAÇÃO GESTOR / COORDENADOR E PROFESSORES

O direito à educação, como outros direitos constitucionais, tem sido mitigado em virtude do direito à saúde e à vida. Dessa feita, gestores escolares e educadores em geral têm buscado novos meios e processos para não afetar, negativamente, o estudo e o próprio ano letivo de crianças e jovens brasileiros, buscando adaptarem-se à situação atual que é emergente e excepcional.



Luck (2006) trata da dimensão da gestão escolar, que deve propor ação e envolver todos os integrantes do processo educativo para gerar transformação, cidadania e práxis. Sobre este assunto também dissertam Nascimento e Chiusoli (2019) que aponta para o homem como sujeito da educação e não objeto dela, cabendo ao gestor, como aquele que dirige a instituição de ensino, a ligação entre o que estabelece a legislação, a escola e a comunidade.

O coordenador, nesse sentido, precisa ser ativo e possuir controle de suas emoções, domínio em sua função, assim como domínio das novas tecnologias. SILVA (2010, p. 270) aponta que a tecnologia tem se ampliado em todas as esferas da vida, o que não muda no âmbito escolar, conforme aponta a autora:

[...] o contato com o computador, com o aparelho de vídeo-conferência, data show e outras ferramentas tecnológicas avançadas de auxílio é imprescindível, e isso faz parte do cotidiano de educandos e educadores, não se restringindo somente na escola, mas ao lar, casa de colegas, lan-houses e muitos outros locais em que haja acessibilidade a estas ferramentas; contudo, existe a necessidade de análise e avaliação de qual ferramenta é necessária e apropriada.

A utilização da tecnologia como apoio educacional facilita as práticas e desenvolvimento das aulas em busca de novos conhecimentos, faz ainda com que os alunos se tornem autores e coprodutores da informação obtida. No caso em tela, o coordenador pedagógico é quem vai ajudar no processo de articulação dos conteúdos e na organização do ensino junto aos professores.

Acredita-se que o coordenador pedagógico possui uma influência muito relevante na vida e desenvolvimento educacional dos alunos, em virtude de ser, antes de tudo, um educador nato, isso porque, seu maior foco está na formação e colaboração do desenvolvimento do processo pedagógico da instituição, portanto, tende a produzir grandes repercussões, até mesmo no desenvolvimento do interesse dos alunos, promovendo um ambiente mais integrado e participativo em conjunto com os docentes.

Comumente ocorre a realização de palestras, estímulo e promoção de cursos rápidos de atualização e aperfeiçoamento dos professores, em determinadas datas, contudo, apesar de contribuir na atualização da prática docente, não é tão significativo para transmutar e melhorar o processo de ensino e aprendizagem de forma mais enfática quanto seria se ocorresse no dia a dia desse professor que, sem dúvida, precisa de uma ajuda na ponderação permanente de um colega experiente como o é um coordenador pedagógico.

Dentre os diversos trabalhos do coordenador, podemos considerar a sua relevância no empreendimento de esforços coletivos que articulem, além dos aspectos administrativos e pedagógicos, segmentos sociais e culturais, uma competência complexa entre instruir e educar.



Apesar de uma atividade conjunta e de esforços solidários entre o gestor/ coordenador e o professor, cabe ao coordenador organizar, em primeira mão, alguns trabalhos da escola. Como explica a autora Rolla (2006) “O Supervisor Escolar é o profissional organizador ou orientador do trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores em uma escola, e a liderança frente a este grupo passa a ser inerente à sua função [...]”. A função do coordenador opera em conjunto com as atividades do gestor, tendo em vista que:

A função do gestor envolve a administração voltada à estrutura física geral e espaços de apoio pedagógico, aos níveis e modalidades de ensino oferecidas/clientela, aos recursos humanos da escola, à organização da rotina escolar, ao processo ensino aprendizagem e à construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) (OLIVEIRA, *et. al.* 2011, p. 54).

Essa ação conjunta vai além da gestão e coordenação, é também coletiva ao abrangermos as trocas de experiências e sugestões entre docentes e coordenadores. Sobre o tema também destacam Lima e Santos (2007, p. 86) “O ato educativo não acontece somente numa mão, isto é, do professor que ensina para o aluno que aprende, também é resultante da ação entre ambos e, de forma mais sistematizada da interação do professor com outros professores e pares”.

Essa troca entre os pares e gestão é de suma importância ao andamento progressivo e exitoso no processo escolar (andamento das atividades escolares) e de ensino (processo de ensino e aprendizagem com os alunos). Encontra-se uma contribuição importante que o coordenador pedagógico pode oferecer na gestão dos processos escolares, mais ainda na formação continuada dos professores, haja vista o baixo investimento, no que tange à formação permanente de professores no Brasil (PLACCO; SOUZA; ALMEIDA, 2012).

Por ser responsável por questões administrativas e educativas, o coordenador e gestor precisam possuir algumas qualidades, como, por exemplo, ter capacidade de receber críticas e considerar as opiniões e sugestões dos outros educadores, precisa buscar conhecer a realidade de cada professor e auxiliar nos métodos de avaliação e cumprimento do currículo, precisa estar atento aos novos recursos de promoção de aprendizagem disponíveis, para que a escola possa se apropriar e melhor desenvolver o funcionamento dos trabalhos pedagógicos.

Como formador, o coordenador também realiza atividades de controle na escola, e dentro desse contexto educacional, precisa agir como transformador social, sem qualquer natureza competitiva, pois como ensina Vasconcellos (2006) “Ser supervisor não é fiscal de professor, não é dedo duro [...] não é pombo correio [...] não coringa/tarefeiro/quebra galho/salva vidas [...] não é tapa buraco, não burocrata[...] não é de gabinete, não é dicário [...]”.



Assim sendo, como formador, o coordenador educacional deve gerar renovação, transformação social, participação democrática, além de precisar conhecer as ferramentas tecnológicas para apoiar os docentes e realizar necessária capacitação profissional diante da conjuntura de distanciamento social, além de alcançar uma comunicação eficaz e ouvir os dilemas enfrentados.

DILEMAS NA ROTINA DOS EDUCADORES EM MEIO À PANDEMIA

Sob o pano das incertezas e lacunas deixadas pela pandemia, os educadores no Brasil permanecem, na sua maioria, em casa. Enquanto alguns buscam orientações e sugestões sobre como podem realizar suas atividades à distância, outros ainda se encontram perdidos desde a instalação da pandemia no país e dos diversos Decretos e normas legais de distanciamento e paralisação total das aulas presenciais.

O século XXI nos trouxe a era das ciências tecnológicas e da evolução da forma de como se aprende e como se ensina. É o que temos presenciado em nossos dias, uma vez que o ensino à distância, realizado através dos recursos tecnológicos, tem trazido uma transformação real na educação e agora ainda mais em meio à pandemia.

Não há como negar a repercussão negativa e preocupante no setor educacional, tendo em vista as discussões sobre os rumos para a educação no país. A UNESCO (2020) estimou o impacto em mais de 70% da população estudantil no mundo encontra-se em isolamento, sendo que no pico chegou a mais de 1,7 bilhão de estudantes afetados, o total de 90% de todos os estudantes do mundo.

A ruptura dos processos presenciais e virtuais gera para os estudantes a ruptura no processo de aprendizagem, já que, mesmo para as crianças que têm utilizado dos meios tecnológicos, há limites para a absorção total dos conteúdos (SENHORAS, 2020). Ademais, na sala de aula é que se tem o maior suporte, além do contato com o professor.

As crianças não são autossuficientes e nem todas possuem o apoio de um responsável nos estudos. Além disso, “a educação, mesmo com a modalidade da educação a distância, se configura como uma área que demanda o contato diário, presencial” (OLIVEIRA; SOUZA, 2020, p. 17).

Na difusão da pandemia, algumas escolas, inclusive, têm sido forçadas a fechar definitivamente suas “portas”, por não suportar o ônus das quedas das receitas e cumprimento com os salários contratuais. Em Belo Horizonte, escolas têm lutado para conseguirem voltar com segurança e saúde, contudo, nove escolas do setor privado de educação infantil já informaram o fechamento total à Secretaria Municipal de Educação (G1, 2020).



Portanto, é preciso refletir acerca da Educação Básica, que aparece um cenário bem distinto. Segundo a professora Andrea Ramal, em entrevista à TVBrasil (2020), os gestores e professores devem parar de pensar somente na ideia de ano letivo e preocuparem-se com a carga- horária, voltando-se mais para o processo do ensino e aprendizagem, tendo como saída pensar nas competências a serem desenvolvidas cuidadosamente.

Na educação superior, com acadêmicos dotados de autonomia e mais maturidade, bem como de maior acesso e habilidade com os recursos tecnológicos, a substituição por aulas on-line são úteis e eficazes, contudo, conforme acentua Coelho (2020) essa não é a realidade nas escolas públicas do Brasil, podendo, em vez de alinhar uma educação sem fronteiras, tender para a exclusão dos alunos de escolas públicas, a começar por aqueles que moram nas periferias, no campo ou em cidades distinta do local da escola.

Nesse aspecto, é preciso olhar em volta as oportunidades viáveis oferecidas a partir do novo fenômeno, em que muitos educadores têm produzido debates e conteúdos de suas práticas didáticas na era globalizada da internet. Essa realidade tende a influenciar na forma de se pensar e fazer do professor, que pode criar estratégias interativas e atrativas para os alunos.

Essas mudanças ocorridas em poucos dias, tanto nas relações comerciais, quanto no entretenimento, nos cuidados corporais, afetivos e sexuais, na educação, indicam que o isolamento social não precisa ser sinônimo de sofrimento e exclusão do mundo. Ao contrário, o nosso isolamento social, marcado por essas experiências ciberculturais, para enfrentar a Pandemia da COVID-19, pode ser um isolamento criativo (COUTO, COUTO; CRUZ, 2020, p. 209).

Destaca-se que a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB- Lei nº 9.394/96) dispõe sobre a possibilidade de substituir aula presencial por aulas à distância em casos de emergência. É o que prevê o art. 32, § 4º

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

[...]

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais. (BRASIL, 1996).

Nesse entendimento, o MEC emitiu a Portaria nº 343, concedendo a substituição de aulas presenciais, que estivessem ainda em andamento, por aulas utilizem de meios tecnológicos, considerando o tempo que perdurar a pandemia causada pelo novo coronavírus. A referida portaria foi



alterada pela Portaria n° 345, dispondo a substituição antes retratada no que tange apenas às instituições de ensino superior, cabendo responsabilidade aos estados e municípios para autorizarem ou não a realização de atividades escolares à distância em seus territórios, baseando-se nas necessidades e situações locais.

O dilema se assenta na inviabilidade de requerer a mesma asserção aos recursos tecnológicos para todos os estudantes em todo o território brasileiro, uma vez que sabemos que a realidade em cada local é bem diferente, além dos problemas relacionados à infraestrutura e escassez de recursos em diversas escolas nos interiores do país.

Tal asserção é uma realidade para muitas crianças, já que esse isolamento social também promove maior visibilidade da desigualdade existente no país, não apenas em relação ao acesso à internet ou aos recursos que lhe deem esta conexão, mas também uma desigualdade social, cultural e educacional, pois, por óbvio, os mesmos recursos das escolas privadas não possuem os alunos das escolas públicas, principalmente nos interiores municipais, onde a escassez de recursos financeiros e de pessoal é ainda mais severa.

Assim como informa Santos (2008), vivemos numa real contradição, entre contradições políticas e econômicas, mediante circunstância globalizada e adversa, agressiva e também muito excludente. Dessa forma, a pandemia deixa ainda mais visível uma ideia já há muito tempo conhecida, mas agora não mais como preconceito, mas sim como um conceito bastante evidente.

O crescimento da desigualdade é a união de problemas econômicos, da insegurança no trabalho, problema aumentado em razão da pandemia, e ainda as disparidades de renda e a falta de oportunidades no país (QUINZANI, 2020), o que, sem dúvida, reverbera na Educação. Esse ambiente de instabilidade política e econômica reflete no sistema educacional como todo, pois ao longo da História da Educação, o ensino foi sendo traçado sob as necessidades de adaptação e objetivos dos governos, em cada tempo, em determinadas circunstâncias políticas e econômicas que influenciavam na organização das diretrizes educacionais, alterando principalmente, inclusive, a LDB.

De certo, as medidas de paralisação anunciadas à educação vieram sem aparente planejamento e orientação, sendo aos poucos construídas pelo MEC, mas de imediato impostas às escolas, deixando gestores, coordenadores e professores em conflitos e, por vezes, desnorreados.

Além dos dilemas atuais, cresce a ansiedade e receio enquanto às questões futuras, por exemplo, em como e quando será a reabertura das escolas e retorno dos alunos, isso porque, a sensação de incerteza e instabilidades em longo prazo criam, aos poucos, um trauma, o sentimento de medo, aumentando níveis de estresse e gerando riscos à saúde mental. Esse é o posicionamento também de Ornell (*et al.*, 2020, p. 3):



Além de um medo concreto da morte, a pandemia da COVID-19 tem implicações para outras esferas: organização familiar, fechamento de escolas, empresas e locais públicos, mudanças nas rotinas de trabalho, isolamento, levando a sentimentos de desamparo e abandono. Além disso, pode aumentar a insegurança devido às repercussões econômicas e sociais dessa tragédia em larga escala.

Os psicólogos e psiquiatras estão na linha de frente gerenciando meios de lidar com as respostas que a pandemia tem formado. Os educadores, como todos os profissionais que alteraram seu local de trabalho, de presencial à *home office*, precisam se cuidar, pois o fenômeno corrente tende a mudar o comportamento social. Contudo, não é o fim. Assim, cabe aos educadores se apropriarem das experiências disponíveis nesse tempo para analisar racionalmente alternativas para intervir de forma eficaz no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Nesse sentido, voltamos à antiga educação familiar, isso porque a família é o berço e a base do desenvolvimento social e psicológico das crianças e precisa acompanhá-las nesse momento, portanto, a interação entre escola e família torna-se ainda mais imprescindível em meio à pandemia (SILVEIRA; ARAÚJO NETO; OLIVEIRA, 2020).

Segundo Gohn (2020) há a possibilidade da aplicação da educação não formal em tempos de coronavírus e a partir dessa prática cria-se com os alunos uma leitura do mundo, voltada para a reflexão, compreensão e resolução de problemas cotidianos, sendo positiva na formação e construção da cidadania, em qualquer nível social, possibilitando ganhos na inclusão social e civilizacionais.

É uma situação bastante nova, pois a educação não formal não é usualmente aceita, por não ser processo escolarizável de acordo com as normas do Brasil, mas essa ainda não é a única alternativa, serve apenas como auxílio para a atual situação. Dessa feita, apresentaremos intervenções alternativas que podem ser adotadas pelos educadores para o enfrentamento dos eventuais dilemas supramencionados.

INTERVENÇÕES ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO

Em virtude da instabilidade que vivemos, é importante examinar estratégias eficazes para intervir na educação dos alunos, produzindo o contínuo desenvolvimento e progresso da aprendizagem. Nesse intuito, apresentaremos alternativas interessantes sugeridas por especialistas da educação.

Dentre as sugestões encontradas, salientamos a relevante habilidade comunicativa que precisa ter o coordenador com os docentes, realizando o “*feedback*” com o seu pessoal, perguntando e dirimindo dúvidas e auxiliando em eventuais dificuldades na estruturação e planejamento de aulas *on-line*.

Possuir habilidade comunicativa exige o reconhecimento do contexto em que se encontra, no qual o uso da língua ocorre, e utilizar a linguagem para a interação dinâmica numa visão mais ampla que



a simples transferência de informação (BACHMAN, 2003). Para que haja uma interação eficiente implica negociação dos sentidos pretendidos, ou seja, é preciso ajustar a fala ao efeito que esse alguém deseja causar no ouvinte (KRAMSCH, 1986).

Dessa forma, o coordenador ou gestor escolar precisa preocupar-se com o modo adequado e contextualizado da linguagem, que deve permitir uma resposta em seus colabores, e essa resposta precisa gerar mudança e resolver os problemas de organização e planejamento. A sensibilidade, nesse aspecto, é característica intrínseca na comunicação, haja vista a necessidade de se perceber, através da troca de informações com os professores, suas maiores dificuldades.

Falar a mesma linguagem é de extrema importância para a organização e utilização eficaz das ferramentas a serem utilizadas no processo, até mesmo para os alunos compreenderem os instrumentos e saberem como podem manuseá-los de modo mais benéfico e produtivo.

Outra técnica bastante eficiente é a elaboração de uma ficha, um registro com as informações definidas para posteriores comprovações de efetiva atividade na escola, como, por exemplo, a identificação da carga horária de planejamento de aulas; aulas previstas; aulas realizadas; a quantidade de alunos que têm assistido às aulas e/ou quantos alunos faltaram; tempo de realização das atividades; entrega das atividades e a metodologia de como foram realizadas, podendo, a partir daí, entrar em contato com alunos e familiares para identificar os obstáculos em assistir às aulas e/ou realizar as devidas atividades.

Considerando as normativas do MEC e as remotas formas aplicadas às atividades escolares em cada local, o registro consiste em prova de efetivo exercício, mas não apenas isso, pois o exercício de arquivo integra também o cotidiano escolar, as práticas pedagógicas e até mesmo a cultura escolar, como expõe Mogarro (2005), o arquivo é patrimônio memorial da escola.

[...] o exercício do arquivo integra-se no processo de conhecimento e compreensão da cultura escolar. Os fundos arquivísticos são constituídos por documentos específicos, produzidos quotidianamente no contexto das práticas administrativas e pedagógicas; são produtos da sistemática “escrituração” da escola e revelam as relações sociais que, no seu interior, foram sendo desenvolvidas pelos actores educativos (MOGARRO, 2005, p. 91).

As condições das práticas escolares e o processo de registrar os acontecimentos e planejamentos de aula afastam quaisquer riscos aos próprios educadores, já que acabam por confirmar a não omissão e/ou negligência que venham a ser, de algum modo, acusados no futuro, com fundamento na situação e viabilidade das práticas pedagógicas.

Sem dúvida, outro fator importante a ser dissertado é a avaliação escolar. Sem o constante contato presencial com o aluno e com as produções dele é difícil avaliar e identificar a capacidade ou dificuldade do aluno em assimilar os conteúdos. Segundo Nóvoa (1997, p. 27):



[...] as situações conflitantes que os professores são obrigados a enfrentar (e resolver) apresentam características únicas, exigindo, portanto características únicas: o profissional competente possui capacidades de autodesenvolvimento reflexivo (...) A lógica da racionalidade técnica opõe-se sempre ao desenvolvimento de uma práxis reflexiva.

Conforme as palavras do autor supramencionado, situações novas nos levam a desenvolver novas capacidades, além disso, a partir de situações conflitantes, como a que se vive atualmente, consegue-se realizar uma autoavaliação da prática pedagógica e perceber a necessidade de desenvolver e incorporar novos métodos de ensino e aprendizagem, pois, como ensina Freire (2007, p. 19) “o professor precisa ser um aprendiz ativo [...]”.

Assim, a avaliação escolar, que é também uma das atribuições do coordenador, deve ser feita de forma participativa e democrática. Acredita-se que as atitudes que promovam a democracia, como refere a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, são fundamentais, pois é o ambiente escolar, ainda que não dentro da instituição em si, o local privilegiado para os estudantes serem preparados a se integrarem na sociedade, tendo consciência que possuem direitos e deveres.

Como alternativa, a avaliação pode ser feita através da análise do desenvolvimento dos alunos a partir das fichas e registros, identificando, no intervalo das aulas: as dúvidas durante as aulas e no decorrer do processo de realização das atividades propostas, averiguando os objetivos, as metodologias aplicadas e os resultados da aplicação teoria e prática, seja dos alunos, seja do próprio desenrolar da abordagem dos próprios docentes.

Por fim, que precisa ser levada a sério é o cuidado com a saúde mental dos educadores, um dos aspectos essenciais nesse momento, inclusive, segundo podemos perceber através do aumento de reportagens que apontam o crescimento nas vendas de remédios antidepressivos, em razão da ansiedade e do próprio isolamento social.

Estudos específicos sobre a saúde mental de pessoas durante a COVID-19 são escassos, mas tem-se, como exemplo, o caso de outros surtos, como o Ebola que, de acordo com Schmidt (*et al.*, 2020, p.7): “na epidemia de Ebola de 1995, os sobreviventes relataram principalmente medo de morrer, de infectar outras pessoas, de se afastar ou sofrer abandono nas relações com familiares e amigos, bem como estigmatização social [...]”. A imprevisibilidade temporal da atual pandemia é motivo de ameaça a toda população.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, apesar de inesperado e excepcional, esse momento de isolamento social traz para todos os educadores uma reflexão valorosa e séria a respeito da necessidade de adequar-se e



conhecer mais dos recursos que a evolução tecnológica nos oferece enquanto mediadores no processo de aprendizagem e, também, nos apresenta a importância do planejamento e união entre todos os autores da educação.

Além disso, a pandemia arquitetou o olhar para a necessidade de políticas públicas voltadas à desigualdade social e econômica, além da evidente escassez de integração de recursos e cursos de aperfeiçoamento de educadores, frente às novas tecnologias. Salienta-se que, para isso ocorrer, é preciso o esforço e requisição ao Poder Público de todos os integrantes do processo educativo, como a gestão escolar, a coordenação pedagógica, os docentes, a família e a comunidade, que de forma democrática, recíproca e dinâmica precisam trabalhar para a melhoria da qualidade do ensino no país.

Assim sendo, sem objetivo de esgotar nessa investigação as intervenções alternativas à educação de enfrentamento aos obstáculos frente à pandemia, buscamos debater e refletir que, apesar de estarmos diante de uma situação desafiadora e única, podemos explorar a situação e criar novas formas de registrar, de planejar e avaliar o processo de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- BACHMAN, L. F. “A habilidade comunicativa de linguagem”. **Linguagem e ensino**, vol. 6, n. 1, 2003.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 20/06/2020.
- COELHO, M. “Por uma Educação sem Fronteiras e em Tempos de Pandemia-Democrática, Pública e de Qualidade”. **Journal of Social Pedagogy**, vol. 9, n. 1, 2020.
- COUTO, E. S.; COUTO, E. S.; CRUZ, I. M. P. “#fiqueemcasa: educação na pandemia da COVID-19”. **Interfaces Científicas-Educação**, vol. 8, n. 3, 2020.
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. 30ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2007.
- GOHN, M. G. “Educação não formal: Direitos e aprendizagens dos cidadãos (ãs) em tempos do coronavírus”. **Humanidades & Inovação**, vol. 7, n. 7, 2020.
- G1. “Escolas particulares de educação infantil em BH fecham as portas por causa da pandemia”. **G1** [04/06/2020]. Disponível em: <<https://g1.globo.com>>. Acesso em: 24/06/2020.
- KRAMSCH, C. “From language proficiency to interactional competence”. **The Modern Language Journal**, vol. 70, n. 4, 1986.
- LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- LIMA, P. G.; SANTOS, S. M. “O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas”. **Educere et educare**, vol. 2, n. 4, 2007.



MOGARRO, M. J. “Arquivos e educação: a construção da memória educativa”. **Revista Brasileira de História da Educação**, vol. 5, n. 2, 2005.

NASCIMENTO, V.; CHIUSOLI, C. L. “O papel do gestor escolar: estudo de caso sobre os desafios da educação pública”. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, vol. 23, n. 2, 2019.

NÓVOA, A *et al.* **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

OLIVEIRA, A. K. S. *et al.* “Gestão, Coordenação e Orientação Educacional: trabalho integrado para o bom funcionamento da escola”. **Revista Pesquisa & Criação**, vol. 10, n. 1, 2011.

OLIVEIRA, H. V.; SOUZA, F. S. “Do conteúdo programático ao sistema de avaliação: reflexões educacionais em tempos de pandemia (COVID-19)”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 5, 2020.

ORNELL, F. *et al.* “Pandemia de medo e COVID-19: impacto na saúde mental e possíveis estratégias”. **Debates in Psychiatry**, ahead of print, 2020.

PLACCO, V. M. N. S.; SOUZA, V. L. T.; ALMEIDA, L. R. “O coordenador pedagógico: aportes à proposição de políticas públicas”. **Caderno de Pesquisas**, vol. 42, n. 147, 2012.

QUINZANI, M. A. D. “O avanço da pobreza e da desigualdade social como efeitos da crise da COVID-19 e o estado de bem-estar social”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 6, 2020.

ROLLA, L. C. S. *et al.* **Liderança educacional: um desafio para o supervisor escolar** (Dissertação de Mestrado em Educação). Porto Alegre: PUC-RS, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SENHORAS, E. M. “Coronavírus e Educação: Análise dos Impactos Assimétricos”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 5, 2020.

SCHMIDT, B. *et al.* “Impactos na Saúde Mental e Intervenções Psicológicas Diante da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19)”. **Scielo Preprints** [2020]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.58>>. Acesso em: 20/06/2020.

SILVA, L. P. “A utilização de recursos tecnológicos no Ensino Superior”. **Revista Olhar Científico**, vol. 1, n. 2, 2010.

SILVEIRA, A. S.; ARAÚJO NETO, A. B.; OLIVEIRA, L. M. S. “Processo ensino aprendizagem na educação infantil em tempos de pandemia e isolamento”. **Ciência Contemporânea**, vol. 1, n. 6, 2020.

TVBrasil. “A educação em meio à pandemia: realidade e desafios”. **TVBrasil** [14/04/2020]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BXWv-ZD0CGU>>. Acesso em: 05/06/2020.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. “COVID-19 Educational Disruption and Response”. **UNESCO** [2020]. Disponível em: <<https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>>. Acesso em 24/06/2020.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2006.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano II | Volume 3 | Nº 7 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima